

Protocolo nº: 484356/2007	40 FL. Nº
Divisão: PRO - 25/09/07	
Mat.: Visto: MP	

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Processo nº 298/1996/004/2003

Ref: Defesa relativa ao Auto de Infração nº 000384/2003

Apresentado por MINERAÇÃO MATHEUS LEME LTDA.

PARECER JURÍDICO

1) Relatório

1 – A empresa MINERAÇÃO MATHEUS LEME LTDA. foi autuada em 05-09-2003 como incurso no inciso 6, do § 3º, do artigo 19, do Decreto nº 39.424/98, alterado parcialmente pelo Decreto nº 43.127/02, por ter cometido a seguinte irregularidade, *verbis* :

“ § 3º- São consideradas infrações gravíssimas:

6- causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural;”

2 – O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigida. Tempestivamente, a empresa apresentou sua defesa, alegando em síntese que:

- antes de 1997 os efluentes provenientes do beneficiamento eram depositados em pilhas e depressões ao lado da usina de beneficiamento, seguindo por gravidade até o córrego Mato Dentro, provocando ao longo dos anos erosões e assoreamentos neste caminho;
- A partir de 1997 com a implantação de um sistema de bacias de decantação em série, os lançamentos de sses e fluentes no Córrego das Vacas foram interrompidos e os rejeitos provenientes da limpeza dessas bacias passaram a ser utilizados na recuperação das erosões anteriormente citadas;
- a FEAM já havia sido informada, por meio de relatórios de monitoramento de 1999 e 2000, que a empresa estava limpando as bacias e recuperando as erosões, razão pela qual pede o arquivamento do Auto de Infração ou que se aplique atenuantes, em razão da recuperação da área.

3 – De acordo com o Parecer Técnico de fls.26/27, a autuada não apresentou nenhum argumento ou justificativa que des caracterizasse a infração cometida, ressaltando que em nova vistoria datada de 03/03/2004, a equipe de técnicos da FEAM pôde constatar o agravamento da situação com a continuidade do processo erosivo objeto do auto de infração em tela, sendo observado, ainda, o carreamento e o escorregamento do material lançado na sobredita erosão, provavelmente por ter sido depositado de forma inadequada sobre a vegetação existente, recomendando a manutenção da penalidade aplicada.

MP




.II) Conclusão


Diante do exposto, remetemos os autos à seguinte autoridade:

- à **Câmara de Atividades Minerárias**, no que se refere à infração gravíssima (§ 3º, inciso 6), recomendando a aplicação da penalidade de 01 (uma) multa no valor de **R\$ 18.621,75, acrescida de até um terço**, nos moldes do disposto no artigo 1º, inciso III, "a", c/c artigo 2º, §1º, II e artigo 3º, II, "b", da DN COPAM 27/98, alterada pela DN COPAM Nº 64/03.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 5 de setembro de 2007.


Daniela Nogueira de Almeida
Consultora Jurídica
OAB/MG 74367


Joaquim Martins da Silva Filho
Procurador Chefe da FEAM
OAB/MG 16.076 MASP 1043.804-2



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM



**DECISÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM
CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS - CMI 25/10/2007**

25 - Mineração Matheus Leme Ltda - extração e beneficiamento de agalmatólito - Matheus Leme/MG - PA/COPAM/Nº 298/1996/004/2003 DNPM 5080/1967 e 806512/1974

ASSUNTO: JULGAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº:

Al nº 384/2003

- () APLICAÇÃO DE MULTA CONFORME PARECER JURÍDICO
VALOR: _____
() COM REDUÇÃO EM: _____ () COM ACRÉSCIMO EM: _____
() DESCARACTERIZAÇÃO DA INFRAÇÃO
() ARQUIVAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO
() SOBRESTADO
() MOÇÃO PARA SUSPENSÃO DE ATIVIDADE
() BAIXADO EM DILIGÊNCIA
() RETIRADO DE PAUTA
() VISTA(S) CONSELHEIROS (AS): _____
() FIXADO PRAZO DE _____ DIAS PARA FORMALIZAÇÃO DE PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, SOB PENA DE SUSPENSÃO DE ATIVIDADES.
() REVISÃO DE JULGAMENTO DA CÂMARA

OBSERVAÇÕES: _____

Aprovado: aplico multa, e/ou descarterias de agravante e considerando o atenuante de redução da multa em 1/3 (art. 3º, I, "a" limitação da degradação ambiental).

ASSINATURAS:

José Cláudio Junqueira Ribeiro

JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO - Presidente da FEAM

João Henrique Grossi Sad

JOÃO HENRIQUE GROSSI SAD - Presidente da Câmara